

# DECLARAÇÃO FINAL

## **SEGUNDO FÓRUM GLOBAL DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS**

Brasília, 3 a 5 de dezembro de 2024

Entre **3 e 5 de dezembro de 2024**, os representantes de organizações da sociedade civil envolvidas na recuperação dos lucros da corrupção se reuniram em Brasília, Brasil, para discutir algumas das barreiras, desafios e oportunidades mais urgentes que enfrentam hoje.

No topo da agenda estava a importância de:

- A reforma jurídica e institucional em diversas jurisdições e em nível regional e internacional para estabelecer as condições adequadas para uma recuperação eficaz de ativos;
- A cooperação entre a sociedade civil, as autoridades policiais e outras instituições envolvidas na recuperação de ativos, mantendo a independência da voz da sociedade civil;
- O monitoramento efetivo da sociedade civil de ativos que estão sendo devolvidos internacionalmente ou desembolsados internamente para garantir que eles cheguem às vítimas da corrupção e não sejam roubados novamente pelos mesmos ou outros atores. Isso inclui a participação das vítimas em mecanismos estabelecidos para facilitar o retorno desses ativos;
- O aumento da cooperação entre OSCs de países distintos e entre OSCs, autoridades policiais e outras instituições envolvidas na recuperação de ativos através das fronteiras, para facilitar as trocas de informações, a cooperação e o apoio a essa cooperação;
- O envolvimento em processos judiciais, incluindo a identificação e utilização de oportunidades para a participação das OSCs em processos judiciais e a necessidade de expandir as oportunidades de intervenção judicial das OSCs, mesmo em jurisdições estrangeiras ou internacionais;
- As sanções anticorrupção como uma ferramenta eficaz para promover a responsabilização, que também pode apoiar a abertura de investigações sobre as origens de ativos identificados e possíveis processos e devoluções;
- Conectar explicitamente a proteção de denunciadores, a recuperação de ativos, a propriedade efetiva e a compensação às vítimas;
- As vítimas, que devem estar no centro de qualquer processo de recuperação de ativos, e a urgência de os Estados facilitarem o reconhecimento e a participação das vítimas durante todo o processo de recuperação e garantirem que os fundos devolvidos sejam usados para beneficiar as vítimas da corrupção;

- A inclusão de vítimas coletivas da corrupção nas discussões sobre recuperação de ativos e desembolso de ativos recuperados, bem como o papel das organizações da sociedade civil no apoio às vítimas coletivas;
- Fortalecer as abordagens regionais para a recuperação de ativos e incentivar mais grupos regionais a discutir e adotar instrumentos de política para promover a recuperação de ativos em sua região ou sub-região;
- Abordar métodos aos quais autoridades corruptas recorrem cada vez mais para evitar a aplicação da lei, incluindo o uso de soft power cultural e educacional para reabilitar suas imagens;
- Combater a politização e a reação negativa contra a recuperação de ativos e proteger aqueles que trabalham contra a grande corrupção;
- Construir e apresentar de modo mais adequado as histórias sobre o impacto da corrupção na vida e nos meios de subsistência das pessoas comuns;
- Garantir que o papel da sociedade civil em todas as etapas do processo de recuperação de ativos esteja efetivamente arraigado, desde a investigação de possíveis atos de corrupção até a defesa dos direitos das vítimas, o monitoramento do retorno de ativos desviados e a participação em mecanismos de recuperação.

Os representantes das organizações da sociedade civil presentes concordaram em continuar a trabalhar coletivamente nesses tópicos e, de forma mais ampla, em casos e em reformas globais, regionais e nacionais.

CiFAR – Civil Forum for Asset Recovery

CIP – Centro de Integridade  
Pública/Transparency Mozambique

CISLAC - Civil Society Legislative Advocacy  
Centre/Transparency Nigeria

Comissão de Juristas da Guiné Equatorial  
(CEJ), Guiné Equatorial

CPR - Centrul de Politici și Reforme,  
Moldávia

Poder Ciudadano/Transparency Argentina

IPPR - Institute for Public Policy Research,  
Namíbia

Spotlight on Corruption, Reino Unido

Pro Ética/Transparency Peru

Transparência Internacional Brasil

TOJIL, México

Uyele Associação Cívica, Angola

Transparency Madagascar